



PEDIDO DE PARECER À COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

REQUERENTE

Nome: NIF:

Morada:

Código Postal:

Documento de Identificação: BI CC Número: Validade:

Contacto telefónico: E-mail:

REPRESENTANTE

Nome: NIF:

Morada:

Código Postal:

Documento de Identificação: BI CC Número: Validade:

Contacto telefónico: E-mail:

Qualidade de: Mandatário Sócio Gerente Administrador Procurador Outra:

OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem requerer a V. Ex.^a que submeta para apreciação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Município de Penafiel e emissão de parecer vinculativo de acordo com o artigo 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 14/2019 de 21 de Janeiro, referente à construção de:

Novos edifícios; Ampliação de edifícios existentes

O prédio localiza-se em , na freguesia de , e está descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º e inscrito na matriz sob o artigo: , com a área de e tem como antecedentes o processo .

Pede deferimento,

Data: O requerente: _____

Autorizo a utilização dos contactos telefónico e e-mail para o envio de informações e notificações relativamente a este processo.

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO:

Requerimento – Pedido de Parecer à Comissão de Defesa da Floresta

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais;

Registo fotográfico do local;

Memória descritiva contendo:

- Área objeto do pedido, caracterização da operação urbanística, enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis e justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
- Identificação do uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade (a conservar, a construir, a demolir, a legalizar);
- Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
- Medidas a adotar para a contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos, nomeadamente a execução de uma faixa de 1 a 2 metros com pavimento não inflamável em redor da edificação; colocação de dispositivos de retenção de partículas incandescentes em todas as possíveis entradas/saídas no edifício (chaminés, claraboias, respiradouros, entre outros); os grelhadores/churrasqueiras devem ser instalados em locais livres de vegetação, num raio de 10 metros; garantia de que os acessos aos edifícios sejam suficientemente largos (3 a 3,5 metros), para permitir a passagem de veículos pesados dos agentes de proteção civil e com ligação permanente à rede pública e permitir a inversão de marcha; proibição de utilização numa faixa mínima de 10 metros em redor da edificação de espécies arbóreas e arbustivas de alta combustibilidade, devendo ser privilegiada a existência de espécies resistentes ao fogo na envolvente da edificação (preferencialmente folhosas autóctones de folha caduca); constituição da faixa de gestão de combustível na rede viária de acesso à edificação, conforme estipulado na legislação em vigor.

Extrato da planta de localização fornecida pela câmara municipal com delimitação da área objeto da operação, à escala 1:5.000, com indicação das coordenadas geográficas;

Extrato do ortofotomapa do Município, assinalando a área objeto da operação;

Extrato das plantas de ordenamento do plano municipal de ordenamento do território de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;

Extrato das plantas de condicionantes do plano municipal de ordenamento do território de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;

Extrato das plantas de perigosidade de incêndio rural do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;

Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:500, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente;

Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, à escala de 1:200, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações;

Declaração de compromisso garantindo que a gestão de segurança contra incêndios é realizada antes do início da obra, durante a sua execução e utilização, dando cumprimento integral às medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual (Modelo 1).



PEDIDO DE PARECER À COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

MODELO 1

Declaração de compromisso garantindo que a gestão de segurança contra incêndios é realizada antes do início da obra, durante a sua execução e utilização, dando cumprimento integral às medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

_____, (nome), portador do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão n.º _____, e do n.º de identificação fiscal _____, residente em _____, com o contacto telefónico _____, proprietário do prédio inscrito no Serviço das Finanças de _____, com o Artigo Matricial n.º _____, registado na Conservatória do Registo Predial de _____, sob o n.º _____, onde pretende construir/ampliar um edifício, declara assumir inteira responsabilidade pela criação e manutenção da faixa de gestão de combustível, nas condições estipuladas pelo anexo do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho na sua atual redação.

Data: _____ O declarante: _____